



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Homem das Leis

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não vai mais segurar essa batata quente para o governo. Ele não havia instalado a CPI por causa das dificuldades de se realizar sessões presenciais e, agora, assim que for notificado, cumprirá a determinação judicial.

MDB, o silêncio que preocupa

A saída de Carlos Marun da Itaipu Binacional foi vista como um sinal de que o presidente Jair Bolsonaro terá com o que se preocupar em termos de apoios no Congresso. Silenciosamente, o partido vai deixando Bolsonaro apenas com os dois líderes no Senado, que agora terão que se dedicar dia e noite a preparar a estratégia do governo dentro da CPI da Covid.

Por falar em CPI

Parte dos aliados do governo vibrou com a decisão do ministro do STF, Luís Roberto Barroso. É que, a partir de agora, o governo terá que atender os senadores, que foram deixados de lado na reforma ministerial.

Intocável não existe

O Centrão já fez chegar ao presidente Jair Bolsonaro que não existe essa fórmula, de colocar uma ministra na Secretaria de Governo, no caso, a deputada Flávia Arruda (PL-DF), e não dar a ela plena liberdade para montar a sua equipe. Ou seja, está a pleno vapor a pressão para liberar as vagas a nomes mais ligados ao grupo de Arthur Lira e não ao ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos.

Planalto tentará distribuir o desgaste da CPI

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que mandou abrir a CPI da Covid, mobilizou o governo para definir uma estratégia, a fim de não deixar que o presidente Jair Bolsonaro se transforme em principal alvo. Num cenário em que se detectou desvio de recursos destinados à covid em vários estados, a esperança dos líderes governistas é a de que se consiga colocar os governadores na linha de frente do desgaste, antes mesmo do governo federal. Essa era ontem uma das possíveis estratégias, caso não haja outros meios de tentar segurar a CPI.

» » »

A tentativa de mirar esse canhão para os governos estaduais pode gerar novos problemas para o governo federal. É que o Senado é a casa dos estados e muitos ali estão dispostos a entrar na defesa dos governadores. Em especial, o MDB.



CURTIDAS

Coisa rara/ O Senado aprovou por unanimidade, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que retira por cinco anos todos os impostos e contribuições em todas as atividades associadas à produção de vacinas. Esse projeto foi pedido ao ex-secretário da Receita Everardo Maciel pelo senador Major Olímpio (PSL-SP), que morreu por covid logo depois de apresentar a proposta. O senador Otto Alencar reapresentou o texto, aprovado agora.

Evaristo Sá/AFP - 19/10/20



Pesquisas made in Brasil/ Sem muito alarde, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação acompanha, pelo menos, 15 pesquisas de vacinas nacionais e outras tantas de remédios contra a doença. Em breve, avisa o ministro Marcos Pontes, virão boas notícias nesse setor, para se somar à Versamune e à Butanvac.

Gesto político I/ O fato de o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), presidir a reunião com especialistas sobre a quebra de patentes de vacinas foi vista como um gesto de apreço ao PSDB na Casa por parte de Arthur Lira.

Gesto político II/ O mesmo Lira que faz um aceno a Aécio Neves tem mantido uma distância regulamentar do presidente Jair Bolsonaro. Sinal de que, até aqui, a chegada de Flávia Arruda ao governo ainda não foi suficiente para apaziguar o Centrão.

PODER / Estados decidem ir à luta para tentar desconstruir o discurso de que estão jogando contra a economia ao adotarem restrições que detenham o avanço do novo coronavírus. Como forma de confrontar Jair Bolsonaro, reforçam os programas sociais

Governadores apostam no social

» JORGE VASCONCELLOS

Governadores decidiram intensificar os esforços para esvaziar o discurso do presidente Jair Bolsonaro de que eles jogam contra a economia ao adotarem lockdown e outras medidas restritivas contra o avanço da covid-19. Programas de ajuda financeira para socorrer trabalhadores e empresários afetados pela crise têm se multiplicado em vários estados, servindo também para aquecer a economia e a arrecadação em nível local.

Além de críticas à falta de uma coordenação nacional para o enfrentamento da pandemia, a maioria dos governadores considera baixo o valor do novo auxílio emergencial pago pelo governo federal, de R\$ 250, em média. No mês passado, 16 gestores estaduais divulgaram uma carta aberta à Câmara e ao Senado, cobrando que o benefício volte a ser de R\$ 600, como em 2020.

Em meio aos números trágicos da covid-19 no Brasil, a pandemia no país hoje é marcada também por uma disputa de narrativas entre o presidente da República e os governadores. O saldo, até agora, é ruim para ambos os lados, cujas avaliações, medidas por pesquisas

Nelson Almeida/AFP



de opinião, têm despencado cada vez mais.

A última unidade da federação a lançar uma iniciativa local de ajuda emergencial foi São Paulo. Na quarta-feira, o governador João Doria (PSDB) lançou o Bolsa do Povo, resultado da ampliação e unificação de vários outros projetos sociais. Anunciado como o

“maior da história” de São Paulo, o programa vai repassar R\$ 500 por pessoa de baixa renda beneficiada, a um investimento total de R\$ 1 bilhão.

Há várias iniciativas semelhantes em outros estados. No fim de março, o governo do Pará iniciou o cadastramento de profissionais de diversas categorias

para receberem um auxílio de R\$ 500. Serão beneficiados, entre outros trabalhadores, cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, guias de turismo, maquiadores, manicures, garçons, instaladores de som em aparelhagens e DJs.

No Maranhão, também em março, o governo criou dois auxílios, um de R\$ 600, para a classe

artística, e outro de R\$ 1 mil, para proprietários de bares e restaurantes. “Os governadores têm agido corretamente, conjugando ações sanitárias com medidas sociais. O que não aceitamos é que Bolsonaro jogue tudo para os estados, enquanto ele se dedica a passeios e a falar besteiras. Já passou da hora de ele ter o míni-

mo de decoro e se dedicar ao trabalho sério”, disse ao *Correio* o governador maranhense Flávio Dino (PCdoB).

Lei do retorno

Para o professor Paulo Calmon, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), “o negacionismo abraçado pelo governo Bolsonaro resultou em impacto negativo não apenas em decorrência da ausência de políticas de saúde pública adequadas no combate à pandemia, mas no enorme vácuo deixado em relação a medidas que mitigassem efetivamente o enorme impacto social e econômico dessa crise”.

Segundo ele, além de sensibilizados com o crescimento do desemprego, da fome e da pobreza, os governadores trabalham de olho em possíveis dividendos eleitorais trazidos pelos programas assistenciais. “Essas políticas têm, sim, retorno eleitoral importante, como já demonstrou o chamado ‘efeito bolsa família’”. Enfim, além da vacina do Doria, agora podemos estar vendo o bolsa família do Doria e de outros governadores, para desespero do presidente Bolsonaro e de seus aliados políticos”, disse o docente.

Doria lançou esta semana o Bolsa do Povo, que vai repassar R\$ 500 por pessoa de baixa renda beneficiada

SEGURANÇA

Diretores da PF e PRF tomam posse

Os novos diretores-gerais da Polícia Federal (PF), Paulo Maiurino, e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, tomaram posse ontem. A cerimônia foi fechada, sem a presença da imprensa

e com poucas pessoas, no gabinete do ministro da Justiça, Anderson Torres. O titular da pasta agradeceu ao ex-diretor-geral da PF Rolando Souza pelo trabalho realizado à frente da corporação e

frisou que ele terá continuidade, sem qualquer tipo de ruptura.

O novo chefe da PF, Paulo Maiurino, é conhecido internamente por ter um perfil mais “político”, tendo se distanciado das

ações policiais para ocupar cargos em outros órgãos. Ele atuou, por exemplo, em secretarias de Segurança Pública em São Paulo e no Distrito Federal.

Carreira

Desde setembro do ano passado, o delegado ocupava o cargo

de assessor especial de segurança institucional da presidência do Conselho da Justiça Federal (CJF). Antes, foi secretário de segurança do Supremo Tribunal Federal (STF), durante a gestão do presidente Dias Toffoli, entre outubro de 2019 e setembro de 2020.

Já o novo diretor da PRF, Silvinei Vasques, é policial rodoviário

federal há 26 anos. Entre os principais postos já exercidos por ele está o de superintendente da corporação em Santa Catarina, seu estado natal, e no Rio de Janeiro. Em 2007, Vasques se licenciou para assumir o posto de secretário municipal de Segurança na Prefeitura de São José, no mesmo estado.